

O que está em jogo na Reforma da Previdência

pág. 12

Sisejufe conclama para luta em defesa da Justiça do Trabalho

pág. 8



**Sindicato e faculdade Educa Mais
firmam parceria para cursos em
EAD no ensino superior**

pág. 3

**No TRE-RJ, mobilização da
categoria garante pagamento
de horas-extras em dinheiro**

pág. 7

**Numa pausa para
o café, servidora
descobre a arte**

pág. 16

DERROTAR A AGENDA NEGATIVA DO GOVERNO PARA GARANTIR O FUTURO DOS TRABALHADORES

O ano de 2019 poderá moldar por um longo tempo as relações de trabalho no Brasil. O desafio imposto aos trabalhadores, dentro e fora de postos de trabalho, é a sobrevivência dos direitos mínimos a uma vida digna. Não importa se esse trabalhador é um servidor de carreira típica do estado ou se está em um subemprego na iniciativa privada. Apesar da grande diferença de condições de trabalho entre os dois, atualmente, todos têm um futuro para defender. Estamos diante de um brutal processo de flexibilização, desregulamentação de direitos e de ataque profundo às garantias conquistadas com muita luta, entre elas o direito a ter uma aposentadoria. Em 2019, os trabalhadores precisam derrotar a agenda negativa de reformas do governo Bolsonaro para garantir a sobrevivência dos trabalhadores de hoje e dos que virão.

O que podemos esperar do novo governo eleito com um programa ultraliberal a serviço dos interesses dos blocos econômicos nacionais e internacionais, movimentando sua base de apoio no Congresso Nacional e no Judiciário para executar um profundo programa de privatização e de desmonte do Estado que, por sua vez, exige o aprofundamento da flexibilização e desregulamentação trabalhista e a aprovação da reforma previdenciária em regime de capitalização? Os impactos desse agressivo programa de retirada de direitos serão sentidos por todos os brasileiros, os que estão aposentados e os que pretendem se aposentar; os que estão trabalhando e os que desejam começar a trabalhar.

Mulheres e trabalhadores do campo serão atingidos imediatamente após a aprovação das mudanças propostas pela Reforma da Previ-

dência. No entanto, ao fim de dez anos, todos de uma forma geral sentirão os efeitos nefastos quando ingressarem com seus pedidos de aposentadoria. A Reforma da Previdência, carro chefe do programa governamental, extingue o regime solidário atual e vai gerar aposentadorias abaixo do valor do salário mínimo. O Chile adotou o regime de capitalização como modelo e o resultado hoje é o grande número de suicídios entre os que não conseguem o mínimo para sobreviver na velhice.

A desregulamentação dos direitos trabalhistas no Brasil, a Reforma da Previdência e o desmonte do serviço público servem apenas aos interesses da economia internacional, num processo de neocolonização moderna expropriando tudo que foi conquistado com o esforço e o sacrifício dos trabalhadores. A nefasta combinação da terceirização irrestrita, da Reforma Trabalhista e da Reforma Previdenciária põe fim a todos os direitos conquistados com lutas e a perda de um patrimônio que deveria ser passado para gerações futuras. No ápice deste cenário de destruição de direitos, a extinção da Justiça do Trabalho é objetivo estratégico dos grandes blocos econômicos, empresas transnacionais e bancos, para extinguir a guardião dos direitos dos trabalhadores. Afinal, sem direitos e sem ter como brigar por eles, passaremos a ser definitivamente o país do trabalho análogo ao trabalho escravo.

Tanto para quem está no setor público, como os que estão na iniciativa privada, só resta defender a soberania, os direitos duramente conquistados como trabalhadores e como cidadãos que somos. Porque não queremos e não teremos nenhum trabalhador e nenhum direito a menos! ●

SINDICATO FIRMA CONVÊNIO COM INSTITUTO EDUCA MAIS BRASIL

Extensão, aperfeiçoamento e capacitação são gratuitos. Graduação e pós têm valores bem abaixo do mercado

Manuella Soares

Da Redação

O Sisejufe firmou uma parceria com o Instituto Educa Mais e oferece aos filiados cursos de graduação, pós-graduação, extensão, capacitação e aperfeiçoamento. O convênio se estende a dependentes e parentes em até 3º grau. Todos os diplomas serão certificados pela UNIMAIS/Faculdade Educamais. Os cursos de Licenciatura são registrados na USP – Universidade de São Paulo, com validade nacional. A emissão dos certificados de extensão, capacitação e aperfeiçoamen-

to profissional é realizada pelo próprio portal, após a conclusão.

Os cursos são todos na modalidade Ensino a Distância (EAD), por meio de videoaulas com apoio de material para download em formato de arquivo PDF (formato de documento portátil), atendimento com especialistas da área, professores renomados e aulas 100% (cem por cento) online.

Para os cursos de Formação de Professores será cobrada uma matrícula e 12 mensalidades no valor de R\$149. Na

pós-graduação/MBA, serão 12 mensalidades de R\$54,20.

A capacitação e o aperfeiçoamento profissional são gratuitos e limitados ao total de até 480 horas-aula por CPF, não cumulativos, independentemente do número de cursos realizados. Os dependentes dos associados, até o terceiro grau, terão direito aos mesmos benefícios.

O objetivo da parceria entre o Sisejufe e o Instituto é proporcionar aos servidores filiados o acesso a serviços educacionais de ponta, que aliam qualidade de ensino à praticidade, já que o aluno pode gerenciar seus próprios horários. A moderna plataforma de ensino foi desenvolvida especialmente para esses cursos. Para matrícula, envie e-mail para contato@sisejufe.org.br. Informações pelo telefone 2215-2443 ramal 203.

GRADUAÇÃO (4 ANOS)

BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

Desenvolver uma capacitação crítica para o aluno do curso de Bacharelado em Administração, fundamentada em formação abrangente como bases teóricas e práticas, amparada por ações didáticas e pedagógicas de vanguarda, adequando o aluno à compreensão do mundo dos negócios.

BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Capacitar e habilitar os futuros profissionais com conhecimento necessário sobre os diversos assuntos econômicos, financeiros, tributários, organizacionais e comportamentais preparando os alunos para o mercado, desenvolvendo o interesse pela pesquisa e levando em consideração o lado humanístico.

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

O curso tem por objetivo geral a formação de profissionais preparados para responder às diferenciadas demandas educativas da sociedade contemporânea atuando em uma complexa gama de atividades.



R\$ 149,00/mês

FORMAÇÃO DE PROFESSORES (12 MESES)

- Formação Pedagógica para Graduados (1ª Licenciatura) - Letras - Português
- Formação Pedagógica para Graduados (1ª Licenciatura) - Letras - Português/Inglês
- Formação Pedagógica para Graduados (1ª Licenciatura) - Física
- Formação Pedagógica para Graduados (1ª Licenciatura) - Filosofia
- Formação Pedagógica para Graduados (1ª Licenciatura) - Educação Especial
- Formação Pedagógica para Graduados (1ª Licenciatura) - Ciências Sociais
- Formação Pedagógica para Graduados (1ª Licenciatura) - Artes Visuais
- Formação Pedagógica para Graduados (1ª Licenciatura) - Geografia
- Formação Pedagógica para Graduados (1ª Licenciatura) - História
- Formação Pedagógica para Graduados (1ª Licenciatura) - Matemática
- Formação Pedagógica para Graduados (1ª Licenciatura) - Pedagogia
- Letras - Português/Inglês (2ª Licenciatura)
- Letras - Português (2ª Licenciatura)
- Física (2ª Licenciatura)
- Filosofia (2ª Licenciatura)
- Ciências Sociais (2ª Licenciatura)
- Artes Visuais (2ª Licenciatura)
- Educação Especial (2ª Licenciatura)
- Geografia (2ª Licenciatura)
- História (2ª Licenciatura)
- Matemática (2ª Licenciatura)
- Pedagogia para Licenciados (2ª Licenciatura)



CURSOS DE EXTENSÃO (120 HORAS)

- A Anatomia dos Animais Domésticos
- A Aplicação de Lei Trabalhista
- Administração Escolar
- Arte Voltada Para a Educação
- Auxiliar Administrativo
- Benefícios da Previdência Social (Legislação e Direitos)
- Capacitação em EaD
- Cenários Econômicos, Mercado e Governança
- Ciências Humanas e Língua Portuguesa
- Construção da Aprendizagem
- Controle da Qualidade
- Custos
- Dança
- Desenvolvimento, Educação e Leis Ambientais
- Direito Constitucional
- Controle de Constitucionalidade
- Direito do Trabalho Nova Legislação e sua Implicações
- Direito e Meio Ambiente: O Papel da Sociedade
- Direito e Meio Ambiente: O Papel do Estado
- Direito Eleitoral e Suas Leis
- Direito Penal Econômico
- Direito Penal — Contexto Geral
- Educação Especial e Deficiências: Trabalho de Inclusão
- Educação Especial Inclusiva
- Educação, Arte e Comunicação
- Elétrica Aplicada
- Finanças Empresariais
- Fundamentos da Educação
- Fundamentos da Língua Portuguesa
- Gerenciamento Bancário
- Gestão de Seleção de Pessoas
- Gestão Escolar



- Gestão Pedagógica
- Gestão Pública e Teoria Administrativa
- Inclusão e Psicomotricidade
- Informática na Educação
- Iniciação a um Instrumento
- Legislação Trabalhista: Direito Individual, Coletivo e Internacional
- Legislação Tributária: Responsabilidade, Administração e Fiscalização
- Licitação e Contrato
- Língua Portuguesa, Artes, Educação Física e Ciências Humanas na Educação Fundamental
- Lógica e Matemática Financeira
- Marketing Aplicado
- Matemática e Ensino Fundamental
- Multiculturalismo e Ensino Fundamental
- Música na Saúde
- Musicalização
- Negócios
- O Direito e a Administração Pública
- O Ensino da Música e seus Desafios
- Pacote Adobe
- Planejamento no Varejo
- Pregão Eletrônico
- Processo Penal
- Processo Penal Eleitoral
- Projetos para a Área da Saúde com Foco na Educação
- Qualidade de Vida dos Animais Domésticos
- Saúde e Meio Ambiente
- Segurança de Autoridade
- Segurança Patrimonial
- Softwares de Computador
- Teatro

CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

- Administração Aplicada em Gestão Empresarial
- Administração e Inspeção Escolar
- Administração Escolar e Orientação Educacional
- Administração Escolar e Planejamento
- Administração Escolar, Supervisão e Orientação
- Administração, Finanças e Negócios (MBA)
- Alfabetização e Letramento
- Arte e Educação
- Assistência Social e Saúde Pública
- Atendimento Educacional Especializado
- Atuação Profissional Inclusiva
- Comportamento Social e Saúde
- Coordenação Pedagógica e Planejamento
- Coordenação Pedagógica e Supervisão Escolar
- Direito Administrativo
- Direito Ambiental
- Direito Constitucional
- Direito do Consumidor
- Direito do Trabalho
- Direito Eleitoral
- Direito Empresarial
- Direito Previdenciário
- Direito Processual Civil
- Direito Processual Penal
- Direito Público
- Direito do Trabalho
- Direito Tributário
- Docência do Ensino Superior
- Docência do Ensino Superior e Inspeção Escolar
- Docência na Educação Infantil e Anos Iniciais
- Educação Ambiental e Sustentabilidade
- Educação em Saúde
- Educação Especial com ênfase em Deficiência Intelectual
- Educação Especial Inclusiva
- Educação Especial Inclusiva - Ênfase em Tec. Assistiva e Comunicação Alternativa
- Educação Inclusiva, Especial e Políticas de Inclusão
- Educação Infantil
- Educação Infantil de 0 a 6 anos
- Educação Infantil e Psicomotricidade Clínica
- Educação Infantil, Especial e Transtornos Globais
- Educação Infantil, Neurociência e Aprendizagem
- Empreendedorismo, Marketing e Finanças (MBA)
- Enfermagem do Trabalho e Saúde Ocupacional
- Engenharia Ambiental
- Engenharia Civil com Ênfase



- em Tecnologia da Construção
- Engenharia da Qualidade
- Engenharia de Produção
- Engenharia de Produção com Ênfase em Gerenciamento de Projetos
- Engenharia de Segurança Contra Incêndio e Pânico
- Engenharia de Segurança do Trabalho
- Engenharia de Suprimentos
- Engenharia e Gerenciamento de Manutenção
- Engenharia Elétrica
- Engenharia Elétrica: Sistemas de Potência
- Engenharia Metalúrgica com Ênfase em Fundição
- Especialização em Ergonomia
- Finanças e Estatística (MBA)
- Gestão Administrativa e Marketing (MBA)
- Gestão Ambiental (MBA)
- Gestão Ambiental e Práticas Pedagógicas
- Gestão Bancária (MBA):
- Gestão Competitiva no Varejo (MBA)
- Gestão de Negócios (MBA)
- Gestão de Pessoas (MBA)
- Gestão e Política de Segurança Pública
- Gestão Educacional e Educação Infantil
- Gestão Educacional e Inspeção Escolar
- Gestão em Petróleo e Gás (MBA)
- Gestão em Saúde (MBA)
- Gestão em Saúde da Família
- Gestão Escolar Integrada e Práticas Pedagógicas
- Gestão Estratégica da Produção e Manutenção (MBA)
- Gestão Estratégica de Marketing (MBA)
- Gestão Estratégica, Inovação e Conhecimento (MBA)
- Gestão Profissional de Condomínios (MBA)
- Gestão Pública (MBA)

- Higiene Laboral
- Humanização na Atenção à Saúde
- Informática e Comunicação na Educação
- Inspeção Escolar e Orientação Educacional
- Inspeção Escolar e Práticas de Supervisão
- Inspeção Escolar e Supervisão Pedagógica
- Inteligência Policial
- Libras
- Ludopedagogia e Educação Infantil
- Matemática Financeira e Estatística
- Meio Ambiente e Organizações Empresariais e Sociais (MBA)
- Orientação Educacional e Práticas de Supervisão
- Patologia Cardiorrespiratória dos Animais Domésticos
- Perícia e Auditoria Ambiental
- Programas de Saúde
- Psicopedagogia e Educação Especial
- Psicopedagogia e Supervisão Escolar
- Psicopedagogia Institucional
- Psicopedagogia Institucional e Clínica
- Saúde Coletiva e Comunitária
- Saúde do Trabalhador
- Saúde Pública
- Segurança do Trabalho, Prevenção e Controle de Riscos
- Supervisão e Administração Escolar
- Supervisão Escolar e Gestão de Projetos
- Supervisão Escolar e Orientação Educacional
- Supervisão, Inspeção e Orientação Educacional
- Tecnologia da Informação e Comunicação
- Transtornos Globais do Desenvolvimento e Comunicação Alternativa
- Tutoria em Educação a Distância

CURSOS CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL (40 HORAS)

SAÚDE

- Ciências Sociais e a Saúde
- Educação Popular e Saúde
- Epidemiologia e Vigilância em Saúde
- Higiene Laboral
- Saúde da Criança e do Adolescente
- Saúde da Mulher
- Saúde do Adulto e do Idoso
- Bioética
- Elaboração de Projetos

EDUCAÇÃO

- A Gestão Pedagógica, Planejamento e Avaliação Educacional
- Arte e Educação
- Comunicação e Semiótica
- Construção do Conhecimento Lógico-Matemático
- Criatividade e Educação
- Didática do Ensino Superior
- Educação Ambiental e Sustentabilidade
- Educação e Currículo: Fundamentos e Práticas Pedagógicas na Educação dos Surdos
- Estética e História da Arte
- Fundamentos da Educação e Práticas Pedagógicas
- Língua Portuguesa I e II
- Linguagem e Aquisição da Escrita
- Multiculturalismo e Educação
- Psicologia da Aprendizagem
- Recursos Lúdicos nos Processos de Ensino- Aprendizagem
- Transtornos Globais de Desenvolvimento e Altas Habilidades: Estratégias Educacionais para o Trabalho de Inclusão
- Matemática Básica
- Língua Portuguesa Básica
- Aprendendo a Contar Histórias
- Aprendendo a Escrever: Poemas
- Autoria e Design Instrucional EAD
- Ensinando a Interpretar e Produzir Textos
- Ensinando Matemática com o Material Dourado
- Ensinando Números e Operações
- Gestão de EAD
- O Desenho na prática Pedagógica da Educação Infantil
- Matemática e Raciocínio Lógico para Concursos
- Formação de Tutores no EAD
- Matemática no Ensino Fundamental 1
- Metodologia da Pesquisa Científica
- O Contexto Socieducacional na Perspectiva da Inclusão

TECNOLOGIA

- O Facebook na Prática Pedagógica
- Visual Merchandising



- Moodle para Autores e Tutores
- Negócios na Internet e Tecnologias Digitais para a Produtividade
- Linguagem de Programação
- Curso Completo Pacote Office
- Adobe Illustrator
- Adobe Photoshop
- Editando e Animando no Adobe Premiere
- Prezi
- ERP, CRM e Sistemas Empresariais
- Informática Básica

PSICOPEDAGOGIA

- Psicologia Social das Organizações
- Psicopatologia

DIREITO

- A Defesa Jurídica do Meio Ambiente e Políticas Públicas Ambientais
- A Sociedade Civil e o Direito Ambiental
- Contratos
- Direito Agrário
- Direito Ambiental e a Economia
- Direito Falimentar e Recuperação Judicial
- Direito Processual da Diversidade
- Direito Urbanístico
- Seminários
- Legislação Ambiental

OUTROS

- Análise de Balanço
- Aprendizagem e Desenvolvimento
- Comércio Eletrônico
- Comportamento Organizacional
- Contabilidade Gerencial
- Custos
- Deficiência Auditiva: Estratégias Educacionais para o Trabalho de Inclusão

- Ergonomia
- Fundamentos de Sistemas de Informação e Sistemas de Informações Gerenciais
- Fundamentos e Administração de Marketing
- Gerência de Projetos
- Gestão Ambiental
- Gestão de Mudanças Empresariais
- Gestão de Pessoas
- Gestão de Pessoas e Recrutamento
- Gestão por Competências
- Matemática Financeira e Estatística
- Planejamento Administrativo e Marketing
- Práticas de Gestão Estratégica e Marketing
- Conceitos de Economia
- Introdução ao Serviço Social
- Conceitos de Marketing
- Conceitos de Administração
- Gestão Financeira
- Determinando Preços no Varejo
- Gestão de Carreiras
- Planejamento e Qualidade nas Empresas
- Análise de Medição e Estatísticas Empresariais
- Gestão de Tempo nos Projetos
- Gestão Empresarial Sustentável
- Gestão e Governança Corporativa
- Gestão de Suprimentos, Logística e Transporte
- Propaganda e Promoção de Vendas
- Maquiagem Profissional
- NR10 e as Normas Regulamentadoras
- Conceitos de Eletricidade
- Elaboração de Projetos
- Planejamento Administrativo e Marketing
- Práticas de Gestão Estratégica e Marketing
- Visual Merchandising

MOBILIZAÇÃO DOS SERVIDORES GARANTE REMUNERAÇÃO POR HORAS-EXTRAS NO PERÍODO ELEITORAL

Pleito contou com o apoio do Sisejufe

Cristiane Vianna Amaral

Da Redação

O TRE do Rio de Janeiro emitiu aviso de que fará o pagamento em pecúnia pelo serviço extraordinário prestado durante o período eleitoral de 2018. A decisão atende à reivindicação dos servidores que fizeram um abaixo-assinado em agosto do ano passado, com o apoio da direção do Sisejufe, pedindo o reconhecimento do direito à remuneração. “Esse episódio serviu para mostrar a importância da união e mobilização da categoria para defender seus direitos e obter melhorias para a carreira”, ressaltou o vice-presidente do Sisejufe, Lucas Costa.

Ele lembra que a mobilização iniciou com a publicação do Ato do Gabinete da Presidência 253/2018. Os servidores que trabalharam em regime de plantão não tiveram qualquer garantia de que receberiam acima dos limites de 40% ou até de 20% para remuneração em pecúnia das horas-extras durante o processo eleitoral. “A Administração impôs a compensação do restante por meio de créditos em banco de horas, quando se sabe da dificuldade de cumprir essa determinação.”

SERVIDOR PODE OPTAR POR BANCO DE HORAS OU PECÚNIA

Ainda no final de 2018, a Secretaria de Gestão de Pessoas publicou o Aviso 31/2018 informando que havia possibilidade de liberação de recursos financeiros para pagamento de serviços extraordinários realizados em 2016 e 2018. No documento, a Administração também esclarece que o servidor pode optar se deseja receber em pecúnia ou se o serviço extraordinário deve ser convertido em banco de horas, outra reivindicação da categoria.

No Aviso 9/2019, a Secretaria de Gestão de Pessoas se compromete a pagar ainda



os serviços extraordinários realizados em dezembro, nos dias úteis de 2018 e as pendências das Eleições 2016. ●



MOVIMENTO EM DEFESA DA JUSTIÇA DO TRABALHO GANHA VISIBILIDADE EM TODO PAÍS

Taís Faccioli

Da Redação

Sisejufe está entre as entidades que lideram o processo que visa barrar extinção do órgão

Em constante mobilização contra os sucessivos ataques aos direitos trabalhistas, o Sisejufe intensificou a luta depois que o presidente Jair Bolsonaro anunciou, em entrevista à emissora SBT, três dias após sua posse, que poderá extinguir a Justiça do Trabalho “se houver clima”. Logo após a declaração, o sindicato se posicionou contra a intenção de Bolsonaro e pediu a união da categoria para enfrentar mais esse ataque.

Em nota de repúdio, a diretoria destacou que a Justiça do Trabalho é a guardiã dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras e lembrou que, em 2018, o sindicato já vinha mobilizando a sociedade, em parceria com outras organizações, em defesa desta Justiça.

CAMPANHA PARA DESCONSTRUIR MENTIRAS

O diretor Amauri Pinheiro alertou que seria preciso agir. “Temos que priorizar uma campanha de esclarecimento. Mentiras muitas vezes repetidas podem acabar parecendo verdade. Um exemplo



Diretores do sindicato distribuíram um leque esclarecendo os trabalhadores

é que, ao contrário do que estão tentando mostrar, a Justiça do Trabalho não é uma invenção brasileira. Ela existe em diversos países, como Inglaterra, Alemanha, França e Nova Zelândia”, destacou.

AÇÃO NAS RUAS E NAS MÍDIAS SOCIAIS

E assim foi feito. O Sindicato iniciou uma ampla campanha para esclarecer os servidores e a sociedade sobre os riscos de extinção da JT. Foi criada a Fanpage no Facebook “A Justiça do Tra-

balho é de Todos”, com vasto material explicativo. Em menos de uma semana, a página ultrapassou mil seguidores. Além disso, foram produzidos materiais impressos e adesivos para serem distribuídos nos tribunais.

Em outra frente, o sindicato e as organizações que já estavam articuladas desde o ano passado, como Amatra, OAB, Mati e Caarj, voltaram a se reunir, criando uma agenda de mobilizações. Com a adesão de novas entidades, foi criado o Movimento em Defesa da Justiça do Trabalho, unindo

servidores, advogados, magistrados, procuradores e outros trabalhadores.

“Depois de implementar a Reforma Trabalhista, a terceirização irrestrita e a Emenda Constitucional 95, o próximo passo que se ensaia é a concretização das seguidas ameaças de extinção da Justiça do Trabalho. Diante deste cenário, a união de associações, órgãos representativos de classe, sindicatos e centrais sindicais é fundamental para impedir esse prejuízo irreversível para a sociedade brasileira”, afirmou o vice-presidente do Sisejufe, Lucas Costa.

MOVIMENTO IGNORA AMEAÇAS

As atividades ganharam força mesmo após o presidente do TST, ministro Brito Pereira, ter expedido um ofício apontando para a inconveniência do apoio institucional aos eventos. O ministro pontuou que, em conversa pessoal com Bolsonaro, o chefe do Executivo assegurou que não cogita qualquer plano de alteração constitucional envolvendo a Justiça do Trabalho.

Alheios às ameaças, outros estados também começaram a se articular. E no dia 21 de janeiro foram realizadas manifestações simultâneas nas capitais e cidades do interior, em pelo menos 11 estados.



Diretor Ricardo Quiroga destaca que a união com entidades é fundamental para a luta

No município do Rio, o ato aconteceu no TRT Lavradio. O protesto lotou a entrada principal do Tribunal. Representantes de diversas entidades esclareceram a população sobre a importância e função da Justiça do Trabalho. O diretor Ricardo Quiroga reforçou que a unidade é fundamental neste momento: “ou vamos resistir ou será tarde demais. O sindicato vai estar junto com outras entidades mobilizado. Nenhum direito a menos,

nenhum passo atrás. Vamos lutar nas ruas e nas redes sociais”.

CORPO A CORPO NA CENTRAL DO BRASIL

No dia 30 de janeiro, o local escolhido para novo ato público foi a Central do Brasil, onde circulam diariamente mais de 120 mil pessoas. O objetivo foi chamar a atenção dos trabalhadores e trabalhadoras para a ameaça de perda de direitos se a Justiça do Trabalho acabar. Foi distribuído um leque que explica, de maneira simples, o que está em jogo.

O presidente do sindicato, Valter Nogueira Alves e o vice, Lucas Costa; os diretores Ronaldo das Virgens, Soraia Marca, Neli Rosa e Lucena Pacheco; o representante de base João Victor Albuquerque e vários servidores, inclusive de outros municípios, participaram da mobilização, distribuindo o material e conversando com a população.



Ato na Central do Brasil contou com a presença de servidores, inclusive de outros estados

PROTESTO CHEGA À CAPITAL FEDERAL

No dia 5 de fevereiro, o movimento em Defesa da Justiça do Trabalho ganhou visibilidade em Brasília. Servidores, magistrados, procuradores e advogados realizaram um Ato Nacional, no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, para mostrar aos parlamentares, à sociedade e à imprensa os riscos da extinção deste importante órgão de defesa dos direitos.

O Sisejufe foi representado pelos diretores Ronaldo das Virgens, que também é coordenador da Fenajufe, e Rodrigo Alcântara; o assessor parlamentar Alexandre Marques e as servidoras Andrea Regina da Fonseca Capelão, Daphne Sophie Anastassakis e Ana Paula Rodrigues Vieira. O evento contou ainda com a participação de deputados, da Organização Internacional do Trabalho, de universidades e outros órgãos ligados ao Direito do Trabalho.

“Enfatizamos a importância de se manter a JT para garantir a Justiça Social e dar efetividade ao processo do trabalho. Todos alertaram para a necessidade de pressionar o governo contra a extinção, prin-



Entidades se reuniram em Brasília contra a ameaça de extinção da Justiça do Trabalho

cipalmente por causa da proteção social ao trabalhador”, afirmou Ronaldo.

EXTINÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO FOI PRIMEIRO PASSO

O presidente do Sisejufe, Valter Nogueira, reforça que há mais de um ano estamos vivendo processos de precarização do trabalho, com a Reforma Trabalhista. A primeira ação de Bolsonaro para

atingir os direitos dos trabalhadores foi a extinção do Ministério do Trabalho, concretizada no dia 2 de janeiro, através da Medida Provisória 870, que transferiu as atribuições da pasta para os ministérios da Economia, da Justiça e da Cidadania. Para a direção do Sisejufe, a extinção é um retrocesso, que ameaça a proteção do direito do trabalho. A MP está sendo questionada no Supremo Tribunal Federal (STF). ●

De que adianta ter direitos se não houver onde recorrer por eles?

Amauri Pinheiro

Diretor do Sisejufe e servidor do TRT/RJ

O empregado, ao se sentir lesado nos seus direitos, recorre à Justiça do Trabalho, que é pública. Ou seja, o Estado, representado pelo juiz, caso não haja acordo, dá a sentença, à luz das leis e da Constituição.

O empregador é, no máximo, condenado a pagar o que o empregado comprovou. Se houver necessidade de perícia, normalmente, só o empresário tem dinheiro para pagar. Quem não prova, perde. De fato, o novo regime trabalhista pro-

posto é a Justiça Arbitral, que é privada. Nela, o árbitro é qualquer pessoa, não precisa nem ser formado em Direito, pode fazer um curso de 120 horas, pagar menos de mil reais e estará habilitado a proferir sentenças irrecuráveis.

Na Justiça Arbitral, quem julga é um empregado de um empregador. Na Justiça Especializada do Trabalho, servidores e juízes têm de ser aprovados em concursos disputadíssimos.

Na Justiça do Trabalho, quem perde na primeira instância, na qual a sentença é feita por

um único juiz, pode recorrer à segunda instância, onde cinco juízes podem rever a sentença.

O que eles querem assemelha-se ao que estão fazendo na Saúde: acabar com os hospitais públicos para que todos se tratem nos privados. Quem não puder pagar, adoce de vez ou espera pela "cura divina".

Já existem vários cursos para formar árbitros, em geral, patrocinados pela FIESP. Entendeu por que é tão importante você, servidor, entrar nesta luta?

SINDICATO PERCORRE ESTADO PARA DIALOGAR COM A CATEGORIA

Taís Faccioli

Da Redação

O Sisejufe Itinerante está entre os projetos prioritários do sindicato para se aproximar dos servidores que não trabalham na Capital. A escolha do roteiro leva em consideração problemas emergenciais e demandas sugeridas pela categoria. A ideia é que a diretoria seja um canal para intermediar soluções junto às administrações. No início do ano, foram visitadas as cidades de Petrópolis, Teresópolis, Nova Friburgo, Itaguaí e Magé. Entre os temas comuns que mais preocupam o funcionalismo, destacam-se a Reforma da Previdência,



o fim do Ministério do Trabalho e a possibilidade de extinção da JT.

Em Magé, servidores denunciaram as péssimas condições de trabalho no TRE. Mesmo depois de a administração do órgão ter sido oficiada, no ano passado, as condições insalubres continuaram. São paredes com mofo e calor excessivo devido a problemas no ar condicionado. O Sisejufe encaminhou ofício à pre-

sidência do TRE solicitando a resolução desses problemas.

Nas próximas semanas, o cronograma inclui Três Rios, Macaé, Barra do Pirai, Angra dos Reis, Resende, Volta Redonda e Barra Mansa. “Continuaremos fazendo essas visitas para que os servidores vejam que o Sisejufe está atento e pronto para agir todas as vezes que forem necessárias”, afirmou a diretora Soraia Marca. ●

SISEJUFÉ FIRMA CONVÊNIO COM COLÉGIOS PENSE E ELITE, DO GRUPO ELEVA, PARA DESCONTO EM MENSALIDADE

Parceria dá direito a 20% de redução no valor da mensalidade

O Sisejufe fechou uma parceria com o Grupo Eleva Educação para oferecer aos sindicalizados e seus dependentes desconto de 20% na mensalidade em instituições de ensino que integram a rede própria do Eleva. O desconto, que já está em vigor, contempla o Colégio e Curso Pensi (RJ) e o Sistema Elite de Ensino (RJ).

Os descontos serão concedidos para alunos novos, não se aplicando aos que já estudam no Pensi ou Elite. O contrato tem validade para o ciclo de matrículas de 2019, sendo 31 de maio de 2019 a data limite para adesão. Matrículas posteriores a esta data estarão sujeitas à análise de disponibilidade da unidade e autorização do diretor responsável.

Os descontos permanecem válidos até o término do período letivo no qual o beneficiado se matriculou. ●

Veja todas as unidades credenciadas no QR Code abaixo ou na página <https://goo.gl/Qv57fn>



em 2003, pelas regras de transição, deverá trabalhar um tempo maior do que o previsto no início da carreira.

MAIS TEMPO DE TRABALHO

Pelas regras atuais, são necessários 10 anos de efetivo exercício. Com a Reforma, esse tempo dobra. Seriam necessários vinte anos de efetivo exercício, sendo que cinco no cargo efetivo da função no momento do requerimento do benefício.

Apesar de essas alterações não serem ainda o teor exato do que o governo vai apresentar, o Sisejufe alerta para as perdas de direitos que virão. A primeira reforma que atingiu os servidores foi em 2003,

com a Emenda Constitucional 41.

“A minuta demonstra claramente como o atual governo pretende tratar os servidores públicos, retirando ainda mais direitos e desrespeitando regras conquistadas. A categoria precisa lutar contra esse ataque”, avalia Soraia Marca, diretora do Sisejufe.

Nas próximas mobilizações organizadas pelo sindicato, como no Dia Internacional da Mulher, a resistência contra os efeitos da Reforma da Previdência será uma das pautas, além da luta pela democracia.

TETOS IGUAIS PARA SETORES PÚBLICO E PRIVADO

O governo pretende nivelar os valores pagos aos aposentados dos setores privado e público. Os aposentados vinculados ao Regime Geral recebem até R\$ 5.531,31.



NO REGIME DE CAPITALIZAÇÃO, 90% DOS APOSENTADOS CHILENOS RECEBEM MEIO SALÁRIO MÍNIMO

A reforma da Previdência no Chile foi paradigmática na quebra do modelo no qual os trabalhadores da ativa contribuem para garantir os proventos dos aposentados. Essa é a lógica da Previdência pública no Brasil: um fundo coletivo que é repartido entre todos os beneficiários e que é mantido por todos, empregadores, trabalhadores, além dos tributos que são destinados ao Sistema de Seguridade Social.

Desde de 1981, o país vizinho adotou o modelo de capitalização, no qual cada pessoa tem que poupar, em uma conta individual, parte de seu salário para garantir o sustento após o tempo de vida laboral. Nesse regime, o tra-

balhador escolhe um banco privado para administrar seu dinheiro, que é investido no mercado financeiro. A ideia é que a aposentadoria seja garantida apenas pelos rendimentos do que foi poupado.

Trinta e oito anos depois, o Chile mostra a perversidade do sistema pautado na poupança individual. O pior resultado desse sistema: 90,9% dos aposentados chilenos têm que viver com cerca de meio salário mínimo vigente no país: 138.000 pesos (R\$ 780,00). Os chilenos são obrigados a poupar 10% de seus salários por, ao menos, 20 anos. Lá, a idade mínima para mulheres é de 60 anos e para homens, 65.

FALÁCIA DO DÉFICIT

Há pelo menos duas décadas, a organização social Auditoria Cidadã da Dívida demonstra que o argumento de que a Previdência é deficitária é falacioso. Ela faz parte do Sistema de Seguridade Social, que também abarca a Saúde e a Assistência Social. O artigo 194 da Constituição é claro ao estabelecer a Seguridade Social como um sistema integrado.

A previdência se pauta pela lógica da solidariedade: trabalhadores da ativa contribuem para o pagamento das aposentadorias dos inativos. Para garantir a sustentabilidade do sistema, os recursos devem incluir impostos como a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e o recolhimento de empregadores e entes públicos, no caso, do funcionalismo.

Os verdadeiros vilões da Previdência são os grandes empresários. Juntos acumulam uma dívida de R\$ 374,9 bilhões (dados de 2015). Mais do que o dobro do suposto rombo do INSS, de R\$ 149 bilhões. Com as desonerações e renúncias fiscais que o governo concede às grandes empresas R\$ 283 bilhões deixaram de entrar nos cofres da Previdência pública naquele período.

No caso do setor privado, o déficit apresentado pelo governo só é encontrado quando se analisa a arrecadação da contribuição ao INSS paga por empregados e empregadores, sem contar as demais contribuições que compõem o orçamento da Seguridade Social. Isso mascara o superávit.

CANTAR É SABER OUVIR

Cristiane Vianna Amaral

Da Redação

Quem já ouviu o Coral do Sisejufe cantando conhece a animação que contagia a todos em cada apresentação. Para o maestro Eduardo Feijó, o repertório reflete a alma do grupo. Essa energia é resultado em um trabalho iniciado em 2014, quando o projeto foi acolhido pelo sindicato como um espaço de lazer, cultura e confraternização para servidores e amigos.

Para Feijó, é fundamental valorizar a beleza e transmitir alegria. E nada melhor do que a boa Música Popular Brasileira para isso. O que não impede que Thriller, de Michael Jackson, que mostra o lado bem-humorado dos integrantes, ou que músicas mais reflexivas, como Paciência, de Lenine, também estejam no programa.

Nos encontros semanais, o maestro trabalha diversas técnicas, como o Kum Nye Yoga, danças da paz universal e Xamanismo Tupi, que relaxam ao mesmo tempo em que trazem o aspecto espiritual do canto. “As pessoas chegam cansadas e saem leves”, conta. Ele explica que, por meio da música, é possível acessar frequências vibratórias curadoras. “Estamos na vida para sermos felizes.”

O maestro também elogia o amadurecimento musical do grupo. O resultado pode ser visto no convite para o Coral do Sisejufe integrar a série Música no Museu, reconhecida internacionalmente, ou nas diversas apresentações em diferentes projetos e cidades. “Temos feito apresentações muito bonitas e super-aplaudidas”, comemora.

Para a servidora da Justiça Federal Clau-

dia Sotto, cantar no Coral é uma diversão. “Fiz amizades e conheci colegas que de outra forma não teria contato.” Ela é a responsável pela divulgação do grupo no local de trabalho e pela página do Coral www.coraldosisejufe.promo.art.br.

O servidor da Seção Judiciária Jorge Alberto Vieira é apelidado carinhosamente pelos colegas de “Chefe”. É ele quem grava todos os ensaios e apresentações para que possam ser ouvidos para praticar ou disponibilizar aos novos integrantes para que conheçam o repertório. Jorge também é a referência dos novatos para esclarecer dúvidas e apontar caminhos.

LIÇÕES PARA A VIDA

É fácil saber quem é Lucena Pacheco nas apresentações musicais. A diretora do Sisejufe, responsável institucional pelo projeto, é sempre um dos integrantes que mais demonstra sua animação. Servidora do TRF (licenciada para se dedicar ao sindicato) acredita na força do Coral para diminuir o impacto negativo das pressões e metas sempre crescentes do trabalho e até mesmo de episódios de assédio moral.

“Nos locais onde trabalhei sempre vi pessoas comprometidas. No entanto, no serviço público e especialmente no Judiciário, isso é pouco reconhecido, tanto pelos superiores quanto pela população. Somos vistos como incapazes, corruptos ou malemolentes. Agora ainda estamos assistindo ao sucateamento para privatizar tudo o que for possível.” Por isso, Lucena é tão agradecida por levar adiante o Coral, no qual é possível ver o efeito reconfortante da música na vida dos colegas.

As lições do Coral, Lucena leva para a vida. “Minha voz só será bem ouvida se eu deixar o outro cantar, se eu conseguir ouvir o outro.” Ela explica que no sindicato atua da mesma forma, pois a gestão coletiva é fundamental para a efetividade das decisões. ●



Os ensaios do Coral são às segundas-feiras, das 19 às 21h, no Centro Cultural da Justiça Federal. As inscrições para novos integrantes estão abertas até o dia 25 de março.

Venha fazer uma aula experimental!





contrapont

SISEJUFE filiado à FENAJUFE

Av. Presidente Vargas • 509 • 11º andar

Centro • RJ • CEP 20071-003

| 21 | 2215 2443

imprensa@sisejufe.org.br

www.sisejufe.org.br

DIRETORIA

Adriano Nunes dos Santos • Alexandre Graciano dos Santos • Amaro das Graças Faustino • Ana Clécia Vieira Santos • Carlos Eduardo da Costa Cruz • Carlos Henrique Ramos da Silva • Claudio Vieira Amorim • Deise de Andrade Azevedo • Dulavim de Oliveira Lima Junior • Fabio Filardi da Silva • Fernanda Guimarães Lauria • Helena Guimarães Cruz • Iuri Barbosa Matos Peixoto • Joel Lima de Farias • José Ricardo de Almeida Horta • Jovelina Alves da Silva • Laura Diogenes de Oliveira e Silva • Lucas Ferreira Costa • Lucena Pacheco Martins • Lucilene Lima Araujo de Jesus • Luis Amauri Pinheiro de Souza • Marcelo Costa Neres • Maria Cristina Barbosa Mendes • Maria Eunice Barbosa da Silva • Mariana Abreu Petersen da Rocha • Mariana Ornelas de Araujo Goes Liria • Maristela de Souza Vicente • Michel Carneiro da Silva • Mônica Cristina Santana de Jesus • Neli da Costa Rosa • Nilton Barbosa de Castro • Nilton Alves Pinheiro • Ricardo de Azevedo Soares • Ricardo Loureiro Pinto • Ricardo Quiroga Vinhas • Ricardo Soares Valverde • Rodrigo Alcantara de Souza • Ronaldo Almeida das Virgens • Soraia Garcia Marca • Valter Nogueira Alves

ASSESSORIA POLÍTICA

Vera Miranda

EDIÇÃO

Tais Faccioli (MTE 22185)

REDAÇÃO

Max Leone (MTE RJ/19002/JP) • Cristiane Vianna Amaral (MTE/RS 8685) • Manuella Soares (Fenaj JP 31684/RJ)

PROJETO GRÁFICO

Andreza Condé

DIAGRAMAÇÃO

Deisedóris de Carvalho

ESTAGIÁRIA EM DESIGN GRÁFICO

Laise Silva

CHARGE

Latuff e Santiago

CONSELHO EDITORIAL

José Ricardo de Almeida Horta • Lucena Pacheco Martins • Luis Amauri Pinheiro de Souza • Mariana Ornelas de Araújo Góes Liria • Ricardo Quiroga Vinhas • Soraia Garcia Marca • Valter Nogueira Alves • Vera Miranda •

IMPRESSÃO

Gráfica Mec Editora Ltda. Tiragem: 6.000.

“Os textos apresentados e veiculados nesta publicação são da inteira responsabilidade da diretoria do Sisejufe, não cabendo, portanto, a responsabilização dos profissionais de Jornalismo que o produzem pelos conceitos e opiniões aqui veiculados.”

A ARTE PODE ESTAR NUMA PAUSA PARA O CAFÉ

Servidora do TRF faz criações com objetos que iriam para o lixo

Cristiane Vianna Amaral
Da Redação

A arte pode surgir num olhar. Onde os outros não enxergam nada ou até mesmo lixo, a beleza pode estar escondida. Há dois anos, entre um gole e outro de café, Cristina Swerts, admirava as cores das cápsulas de café expresso. “Eu ficava imaginando o que poderia desenvolver.”

Foi assim que a servidora do TRF começou a criar um universo com as pequenas embalagens coloridas. Bijuterias, bonecos (que chama de mascotes), enfeites de Natal e outros objetos de decoração foram surgindo. “Não sei o que você quer, vai aparecendo outra coisa ou a ideia para a próxima peça. Quando penso que não tem mais nada para inventar, vem uma coisa nova. Ontem consegui fazer um coração”, lembra.

A criação das peças é uma rotina diária. Antes, as embalagens passam por



um processo de higienização. Cristina conta que o processo é uma terapia, enquanto lembra do irmão mais novo que está morando longe, em Minas Gerais. “Eu sei que quem mais se beneficia sou eu. É um prazer indescritível. Fico feliz com o resultado.” Ela divulga as novas peças pelo Instagram: @artemanhabiju.

ARTE COMO TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Em homenagem ao Dia do Servidor, ela fez uma atividade com os colegas do TRF, que desenvolveram enfeites de Natal. Também já fez oficinas em uma casa de repouso, mas lamenta que os idosos tenham limitações para esse tipo de artesanato. Mas a cabeça de Cristina não para. O sonho agora é levar sua experiência para uma instituição de acolhimento que trabalhe com crianças e adolescentes.

Ela conta ainda que tem muito apoio dos colegas, principais fornecedores de sua matéria-prima. Até a página do Tribunal já divulgou seu trabalho. A ajuda também vem de longe: o outro irmão, que mora em Portugal, manda cápsulas



Cristina Swerts exhibe sua criação

com novas cores e formas que não são vendidas por aqui.

Outro aspecto do seu trabalho é a sustentabilidade. “Fico feliz em contribuir para limpar um pouco o planeta.” Pesquisas mostram que o setor não se encarrega, como deveria, de providenciar uma destinação adequada a seus resíduos, conforme determina a lei brasileira. Apesar de a indústria classificar as cápsulas como objetos recicláveis, na prática isso não acontece.

Servidora do TRF há 13 anos, Cristina diz que nunca deixou seu lado artista morrer. Começou fazendo bijuterias na época da faculdade de Direito e ao longo dos anos foi passando pelo bordado e pela pintura, até encontrar esse novo amor. ●

